

PORTARIA Nº 1.143, DE 11 DE MAIO DE 2017

Estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Pará e do Município de Belém.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 851/SAS/MS, de 8 de maio de 2017, que habilita o Hospital Universitário João de Barros Barreto - CNES 2332981, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON (Código 17.06), no Município de Belém (PA), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Pará e

Município de Belém, no montante anual de R\$ 5.710.424,46 (cinco milhões, setecentos e dez mil quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e seis centavos).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Belém (IBGE 150140).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0008 - Controle do Câncer.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2017.

RICARDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 11 DE MAIO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 463ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 05 de abril de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Decisão
33902.798332/2011-76	Lima - Plano de Saúde Odontológico Ltda	DIDES	Pelo conhecimento e improcedência do recurso, mantendo a decisão em primeira instância exarada pela DIGES, reconhecendo a legalidade do lançamento efetuado em virtude das pendências relativas ao recolhimento de Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde - TPS, referente ao exercício de 2009, sendo certo que o valor devido foi quitado com o pagamento da GRU nº 90662300001614854.
33902.207395/2015-50	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Pelo conhecimento e improcedência do recurso, mantendo a integralmente a decisão de primeira instância exarada pela DIGES, reconhecendo o pagamento efetuado pela operadora, pelo que deve-se cancelar a cobrança efetuada através da NFLD 000052/2015, com o consequente arquivamento do processo.
33902.440649/2015-40	Unimed Pontal do Triângulo - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.441488/2015-10	Unimed de Araras Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.350647/2011-36	Fundação de Saúde de Itaipuap	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.466704/2012-89	Unimed Santa Maria Soc. Coop. de Serviços Médicos Ltda	DIFIS	Pela reforma da decisão de primeira instância da DIGES, para declarar a extinto o crédito tributário relativo a cobrança da taxa de saúde suplementar referente ao exercício de 2010, com fulcro no art. 156, inciso X, do Código Tributário Nacional.
33902.466696/2012-71	Unimed/RS Federação das Coop. de Serviços Médicos do RS Ltda	DIFIS	Pela reforma da decisão de primeira instância da DIGES, para declarar a extinto o crédito tributário relativo a cobrança da taxa de saúde suplementar referente ao exercício de 2012, com fulcro no art. 156, inciso X, do Código Tributário Nacional.
33902.440705/2015-46	Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAÃO
Diretor - Presidente

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

DECISÃO DE 11 DE MAIO DE 2017

A DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, considerando o disposto no art. 14, da Portaria 0 2/2016/DIDES de 26 de fevereiro de 2016 c/c art. 6º, § 6º, do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, vem publicar os resultados dos quatro primeiros trimestres da experiência-piloto de teletrabalho no âmbito da Gerência-Executiva de Integração e Ressarcimento ao SUS:

Antes do Teletrabalho		
Mês / Ano	Nº de Análises	
Janeiro/2016	5.542	
Fevereiro/2016	6.206	Mês referência
APÓS TELETRABALHO		
1º TRIMESTRE		
Mês / Ano	Nº de Análises	%
Março/2016	11.262	81
Abril 2016	13.635	120
Junho/2016	13.878	124
2º TRIMESTRE		
Mês / Ano	Nº de Análises	%
Junho/ 2016	14.164	128
Julho/2016	14.992	142
Agosto/2016	17.406	180
3º TRIMESTRE		
Mês / Ano	Nº de Análises	%
Setembro/2016	26.595	329
Outubro/2016	20.903	237
Novembro/2016	21.124	240
4º TRIMESTRE		
Mês / Ano	Nº de Análises	%
Dezembro 2016/	7.237	17
Janeiro/2017	9.403	52
Fevereiro/2017	17.953	189

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA
DiretoraAGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA
SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 861, DE 11 DE MAIO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 009/2017, realizada em 18/04/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: BRA Defensivos Agrícolas Ltda.
CNPJ: 07.057.944/0001-44
Processo: 25351.311669/2009-70
Expediente: 594785/16-5

Decisão: por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao pedido de revisão de ato e RETORNAR PARA ANÁLISE da área técnica para conclusão da sua avaliação toxicológica, após a publicação das novas normativas que irão dispor sobre a avaliação e classificação toxicológica de produtos agrotóxicos, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 016/2017 - Coart.

Empresa: United Phosphorus do Brasil Ltda.

CNPJ: 05.938.194/0001-94
Processo: 25351.433747/2005-12
Expediente: 087834/13-1

Decisão: por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 013/2017 - Coart.

CONSULTA PÚBLICA Nº 343, DE 11 DE MAIO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 04 de abril de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de norma que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem, bem como as Boas Práticas de Transporte de Medicamentos, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo será contado a partir da data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=28756.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.